



Informativo Jurídico nº 26/26 – NTC&Logística: falta de motoristas trava setor de transporte de cargas.

A falta de mão de obra qualificada se consolidou como um dos principais gargalos do TRC (Transporte Rodoviário de Cargas) em 2025, segundo a pesquisa da NTC&Logística. De acordo com o levantamento, 88% das empresas relatam dificuldade na contratação de motoristas e agregados, que já resulta em frota ociosa: entre as transportadoras que afirmaram ter veículos parados, a média é de oito caminhões por empresa.

O estudo revela que a escassez de profissionais é hoje a segunda maior limitação ao crescimento do setor, apontada por 28,1% dos entrevistados. Fica atrás apenas da piora do mercado interno (40,7%) e à frente de dificuldades de acesso ao capital (17%).

O impacto ocorre em um segmento altamente dependente da mão de obra. Motoristas representam 19,5% dos custos operacionais do TRC, enquanto combustível responde por 43,2% e veículos por 29,1%. Juntos, esses três insumos concentram 92% da estrutura de custos do transporte rodoviário de cargas.

Nos últimos 24 meses, o custo com mão de obra acumulou alta de 13,42%, acima da variação de veículos (2,61%) e em linha com a oscilação do combustível (2,69%). Em 36 meses, o aumento chega a 20,2%. Já no acumulado de 12 meses até janeiro de 2026, a elevação foi de 7%.

Apesar da pressão de custos, as empresas enfrentam dificuldades para repassar integralmente os aumentos ao frete. Em 2025, 55,6% das transportadoras reajustaram seus preços, com aumento médio de 6%. Outras 23,7% mantiveram os valores e 20,8% aplicaram descontos médios de 5,7%.

A defasagem média entre os custos calculados pela NTC e o frete efetivamente recebido é de 10,1%. O prazo médio de recebimento é de 47,6 dias, e 7,3% das receitas sofrem com atrasos.

“O TRC encerrou o ano de 2025 sob forte pressão regulatória e operacional. Embora o volume de cargas tenha apresentado melhora para cerca de 40% das empresas, a rentabilidade foi impactada por três fatores críticos que exigem a recomposição imediata dos fretes”, avalia a NTC&Logística.

Os três fatores críticos são o impacto dos novos custos com seguros (Lei 14.599/23), o fim da leniência no piso mínimo e a perda de produtividade e o custo social.

“Decisões judiciais (ADI 5322) sobre tempos de espera e descanso reduziram a disponibilidade da frota, elevando o custo fixo por viagem. Somada a isso, a

escassez de motoristas qualificados pressiona os investimentos em retenção e benefícios”, diz o comunicado da entidade.

O cenário de incerteza se reflete nos investimentos. Nos últimos 12 meses, 61,2% das empresas não realizaram aquisições de veículos. Para 2026, 61,5% afirmam que não pretendem renovar a frota. Ainda assim, há disposição para investir em qualificação: 92,6% das empresas planejam aplicar recursos em treinamento e capacitação.

No recorte por modalidade, o transporte fracionado representa 72,6% da amostra da pesquisa, com média de 141 veículos e 202 colaboradores por empresa.

Para o próximo ano, 57% das empresas acreditam que o mercado deve permanecer estável, enquanto 29,6% projetam piora e apenas 13,3% esperam melhora.

A entidade ressalta ainda que 2026 inicia já com uma pressão inflacionária e novos desafios operacionais que “exigem atenção imediata”, como o início da segunda fase da reoneração da folha de pagamento, elevando a carga tributária sobre o setor, e a Selic elevada.

Fonte: FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FETCESP).

